

COMISSÃO DE CONCURSO PARA MEMBROS

CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE VAGAS E FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA NO CARGO DE PROMOTOR DE JUSTIÇA SUBSTITUTO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA

Edital nº 37, de 8 de outubro de 2026

A PRESIDÊNCIA DA COMISSÃO DO CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE VAGAS E FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA NO CARGO DE PROMOTOR DE JUSTIÇA SUBSTITUTO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 48 da Lei Complementar Estadual nº 11/1996 e na Resolução nº 10/2025 do Conselho Superior do Ministério Público do Estado da Bahia, torna público que:

I – Decide alterar o “Anexo I – Cronograma Previsto” do Edital nº 01/2025 a partir do item 71 até o item 78, permanecendo inalterado os demais itens.

CRON	EVENTOS	INÍCIO	TÉRMINO
71	Prova Oral	27/10/2026	12/11/2026
72	Resultado da Prova Oral	17/11/2026	
73	Convocação para Prova de Títulos	17/11/2026	
74	Interposição de recurso contra o Resultado da Prova Oral	18/11/2026	19/11/2026
75	Resultado da análise dos recursos contra o Resultado da Prova Oral	30/11/2026	
76	Upload dos documentos referentes à Prova de Títulos	01/12/2026	02/12/2026
77	Resultado da Prova de Títulos	18/12/2026	
78	Interposição de recurso contra o Resultado da Prova de Títulos	21/12/2026	22/12/2026

Salvador, 8 de outubro de 2026.

PEDRO MAIA SOUZA MARQUES
Presidente da Comissão de Concurso
Procurador-Geral de Justiça

CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE VAGAS E FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA NO CARGO DE PROMOTOR DE JUSTIÇA SUBSTITUTO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA

Edital nº 38, de 8 de outubro de 2026

A PRESIDÊNCIA DA COMISSÃO DO CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE VAGAS E FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA NO CARGO DE PROMOTOR DE JUSTIÇA SUBSTITUTO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 48 da Lei Complementar Estadual nº 11/1996 e na Resolução nº 10/2025 do Conselho Superior do Ministério Público do Estado da Bahia, traz ao conhecimento dos interessados que foram apreciados todos os requerimentos de Inscrição Definitiva tendo-se deliberado da seguinte forma:

I – DEFERIR, à unanimidade de seus membros, os requerimentos protocolizados pelos candidatos abaixo relacionados:

INSCRIÇÃO	NOME
010142-4	ALUAP MIRANDA SILVA
010487-4	ÁLVARO VINICIUS VIEIRA SILVA
006909-6	ANA CAROLINA LAGO LOPES
010180-9	ANA CAROLINA NASCIMENTO MENDES
009271-9	ANA KELLY BASTOS DE OLIVEIRA
007021-0	ANA LETICIA CLAUDINO MOURA
007731-0	ANA PAULA SANTOS HUOYA
010347-4	ARTHUR GONZAGUE BRACCINI DA SILVA
006849-1	BARBARA KELLY DE ALEXANDRE
007831-7	BEATRIZ MENDES GUIMARAES
010836-3	BRENO ALMEIDA SANTANA
010789-4	BRUNO DE MESQUITA MARINHO
006933-6	BRUNO FACURI SILVA RASSI
011840-3	BRUNO HENRIQUE MORAES DA MATA
008869-0	CAMILA RIBEIRO DE REZENDE
009063-4	CARLA TERESA MEDEIROS DOS ANJOS

INSCRIÇÃO	NOME
007274-3	CHRISTIAN MOREIRA BERTOLDO
011068-4	DANIEL BEZERRA BOHRER
011143-0	DANIEL PINHEIRO MOTA DA SILVA FERREIRA
011794-3	DANIELA CARVALHO PEDRA BRANCA
010555-9	DANILO CORREIA PIRES NEVES(SUB JUDICE)
012139-2	DAVI DE CASTRO SILVA
010422-0	DÉBORA CRISTINA RICCIO MAIA
008392-5	DEBORA SILVA BRAGA
007708-9	DENIVAL BARBOZA LIANDRO
011830-5	DIEGO RODRIGUES CALAZANS
010404-1	EMILIANA REZENDE NETA
006622-7	ENEAS PEREIRA BARBOSA NETO
010336-7	FERNANDA ELLORA FERNANDES AMORIM
007873-8	FILIPPE ALVES LINHARES SANTOS
010828-3	FLÁVIA FRANÇA DE CASTRO FONSECA (SUB JUDICE)
006868-9	FRANCIONE TAVARES LOPES FINTELMAN
009124-8	GABRIEL FEIL ZANON
011495-0	GABRIEL LUIZ MARCONDES
009444-6	GABRIEL ORLANDO CASTELO DE FIGUEIRÊDO DELFINO
010513-8	GABRIEL SANTANA RODRIGUES
006905-0	GABRIELA NOLASCO SANTANA
006707-3	GEORGIA GELIS SCHIAVON
006768-1	GERSON MESQUITA DE BRITO
007372-2	HAROLDO JOSÉ CRUZ DE SOUZA JÚNIOR
006694-2	HENRIAN DE PLÁ E SANT ANNA
008525-0	IGOR COLBER LOPES
008430-5	ITALO MENEZES DA SILVA
011517-0	ITALO ROBERTO TAVARES DO NASCIMENTO
009150-6	JEAN PIRES SANTOS
010097-3	JEFFERSON MATHEUS CARVALHO GOMES
011249-1	JOÃO ANTONIO ALVES GUIMARÃES
007112-9	JOAO PAULO BRANDAO IHANCIS
010462-2	JOÃO VICTOR PASSOS PIRES
010791-0	JOSE DIAS DE MACEDO JUNIOR
008484-2	JOSE MATHEUS DE ALMEIDA BAHIA SENA
008514-2	JÚLIA ÁUREA DE SOUZA
010278-0	JULIANA ALMEIDA GALINDO DO NASCIMENTO (SUB JUDICE)
011718-4	KADJON LUZ FARIAS
010276-2	KAROLINE ROMANO
011298-3	LARINE GODOY LANDGRAF
009190-9	LARISSA MARIA LACERDA SANTANA
010377-9	LARISSA REZENDE CUNHA
008222-0	LEONARDO ODWYER
011531-2	LORENZO MOREIRA ALVES
010036-5	LUANA NUNES CABRAL
011020-9	LUCAS BITTENCOURT SILVA
007491-7	LUCAS TEODOSIO VALÉRIO GOMES
007273-4	LUIZ DE CARVALHO LEAL NETO
009780-4	LUIZZA MILCZANOWSKI JULIANELLI MENDES
010038-3	MANOELA LIMA DO NASCIMENTO

INSCRIÇÃO	NOME
007808-6	MARIA ANDREA SILVA PINHEIRO
009713-4	MARIA BEATRIZ PEREIRA ALVES BITTENCOURT
011079-1	MARIA CHRISTINA OLIVEIRA MACHADO
008677-6	MARIA ISABEL PIRES RAMALHO
008317-5	MATHEUS ANTÔNIO COUTINHO DE OLIVEIRA ANDRADE
010325-0	MATHEUS HASENCLEVER BORGES SANTOS
010515-6	MATHEUS NONATO RAMOS TORRES
010181-8	MATTHEUS ARAUJO TEIXEIRA
009771-5	PATRICIA PIMENTEL RABELO ANDRADE
009695-0	PATRICIA PIZZINO DE LUCA
007997-8	PEDRO HENRIQUE FIALHO
011277-8	PEDRO HENRIQUE MOURA DE JESUS
006805-2	PRISCILA DANIELLE BARAÚNA M.R. DE ARAÚJO (SUB JUDICE)
012153-4	RAFAEL BALBINO MARÇAL
011060-1	RAFAEL MACIEL DA SILVA
010305-3	RAFAEL RIBEIRO CALDEIRA ROCHA
009482-0	RAIMUNDO RIBEIRO REBOUÇAS NETO
007259-2	RAMOM EDSON CARNEIRO DOS SANTOS
011189-7	RAMON FERNANDES ALVES
006494-8	RENATA KAREN GOMES DA FONSECA
011492-3	RENATO DE JESUS PEIXOTO JUNIOR
006686-2	RICARDO AMORIM DA SILVA SANTOS
009391-2	RICARDO JESUS DA SILVA
008580-3	RODOLFO PINHEIRO BERNARDO LOBO
008738-0	RODRIGO DA SILVA NERI
010716-0	SAMUEL DA CRUZ MOURA MESQUITA
009402-5	SÁVIO ARAÚJO DE LEMOS SILVA (SUB JUDICE)
011540-1	TASSIO EUGENIO ALFREDO DUDA
010449-0	THIAGO ANDRÉ SILVA GONÇALVES
009788-7	THIAGO ANTÔNIO MARTINS CARDOSO
006536-4	THIAGO BOMFIM DA SILVA
011781-8	THIAGO COELHO STORK
008419-0	THIAGO MARSICANO DA NÓBREGA ARAÚJO
008519-8	THIAGO VALERIO DE FREITAS (SUB JUDICE)
010625-1	UERTER SILVA DOS SANTOS
010570-0	VICTOR CORREIA D AMORIM (SUB JUDICE)
008354-0	VICTOR HUGO FERREIRA LIMA
004678-0	VINICIUS TAVARES FAGUNDES FERREIRA
008384-5	VITOR LIMA CARDOSO DOS SANTOS
010133-5	YASMIN GOMES MARQUES PEDROSA

II – INDEFERIR, à unanimidade de seus membros, os requerimentos protocolizados pelos candidatos abaixo relacionados:

INSCRIÇÃO	NOME
009635-1	DIEGO SILVA ARAUJO
006766-3	PAULO ALBERTO ANTUNES FERREIRA
007554-9	RAFAEL ALVES FERREIRA DE ÁZARA
008655-1	RAFAELLA BASTOS MELO MOREIRA DA SILVA (SUB JUDICE)
003086-0	SAMUEL AUGUSTO BIANCHINI
003923-9	VITOR FILGUEIRAS DE OLIVEIRA

III - INFORMAR, que não atenderam à convocação para realizar Inscrição Definitiva, conforme Edital nº 33/2026, os candidatos abaixo relacionados:

INSCRIÇÃO	NOME
009932-6	LARISSA NUNES DE CARVALHO
010309-0	MARCELA DONATELLI DO CARMO

IV - O candidato cuja inscrição definitiva tiver sido indeferida poderá interpor recurso, nos termos do art. 143 do Edital nº 1/2025.

V – O motivo do indeferimento estará disponível para consulta do candidato durante o prazo recursal, no endereço eletrônico: https://www.fundacaocefetbahia.org.br/mpba/promotor/2025/concurso_mpba.asp

Salvador, 8 de outubro de 2026.

PEDRO MAIA SOUZA MARQUES
Presidente da Comissão de Concurso
Procurador-Geral de Justiça

CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE VAGAS E FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA NO CARGO DE PROMOTOR DE JUSTIÇA SUBSTITUTO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA

Edital nº 39, de 8 de outubro de 2026

O PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONCURSO PARA INGRESSO NA CARREIRA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições legais, nos termos do § 1º, do art. 44, do Regulamento do Concurso, aprovado pela Resolução nº 10/2025, do Conselho Superior do Ministério Público, torna público os Pontos de cada Grupo de Conteúdos que serão objeto de sorteio pelo candidato, no momento da Prova Oral, na forma do art. 120 e seguintes do Edital nº 01/2025, respeitado o conteúdo programático constante do ANEXO II do referido Edital .

Grupo de Conteúdos I

Ponto 1

Constituição: definição, características, estrutura e classificação. Histórico das constituições brasileiras. Constitucionalização simbólica. Princípio da supremacia da Constituição. Princípio da recepção. Princípio da eficácia imediata das normas constitucionais. Cláusulas pétreas. Direito adquirido, ato jurídico perfeito e coisa julgada. Normas constitucionais: classificação, interpretação, eficácia e aplicabilidade. Hermenêutica constitucional. Princípios e regras constitucionais. Colisão entre normas constitucionais. Mutações constitucionais. Ponderação. Princípios da proporcionalidade e razoabilidade. Inconstitucionalidade superveniente. Interpretação constitucional: métodos e princípios. Direito Constitucional Intertemporal. Recepção. Preâmbulo. Princípios fundamentais. Disposições constitucionais transitórias. Controle de constitucionalidade: sistemas, órgãos e processos. Inconstitucionalidade por ação e por omissão. Arguição incidental da inconstitucionalidade. Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental, Ação Direta de Inconstitucionalidade e Ação Declaratória de Constitucionalidade. Técnicas decisórias na jurisdição constitucional. Declaração de inconstitucionalidade sem redução de texto. Modulação de efeitos em declaração de inconstitucionalidade. Remissões da Constituição Estadual à Constituição Federal e parâmetro de controle de constitucionalidade no plano estadual. Precedentes constitucionais. O Papel das Cortes Constitucionais. Direitos e garantias fundamentais. Direitos e deveres individuais, coletivos, difusos e individuais homogêneos. Direitos sociais. Aspectos históricos. A positivação dos direitos sociais e as gerações dos direitos. Conceito de direitos fundamentais. Categorias e funções dos direitos fundamentais. Direitos de defesa. Direitos a prestações. Direitos de participação. Deveres fundamentais. Garantias fundamentais. Efeitos vinculantes e efeito horizontal dos direitos fundamentais. Sujeitos passivos das normas de direitos fundamentais. As dimensões subjetiva e objetiva dos direitos fundamentais. Limites dos direitos fundamentais e colisões. O critério da proporcionalidade. Elementos constitutivos da proporcionalidade. Administração direta e indireta. Servidores públicos. Poderes da Administração Pública. Atos e fatos administrativos. Processo e procedimento administrativo. Conceitos e princípios de Direito Eleitoral. Direitos Políticos. Partidos políticos. Justiça eleitoral: organização, competência e regras constitucionais. Ministério Público na jurisdição eleitoral.

Grupo de Conteúdos I

Ponto 2

Ações constitucionais típicas. Habeas corpus. Habeas data. Mandado de segurança individual e coletivo. Mandado de injunção. Ação popular. Internacionalização dos direitos fundamentais. Relações entre direito nacional e direito internacional dos direitos fundamentais. Formação, incorporação e hierarquia normativa. A denúncia dos tratados de direitos humanos. Os tratados de direitos humanos. Status normativo dos tratados. Controles de convencionalidade e de constitucionalidade. O sistema interamericano de direitos humanos. Direito de nacionalidade. Direitos políticos: aquisição, suspensão, perda e reaquisição. Elegibilidade e inelegibilidade. Partidos políticos e Sistemas Eleitorais. Federação. Conceito, evolução histórica e características. Estado Federal brasileiro: competências e sistemas de repartição. União, Estados, Distrito Federal e Municípios: organização política e administrativa, autonomia, bens e competências. Regiões metropolitanas. Intervenção nos Estados membros, Distrito Federal e Municípios. Poder constituinte estadual: autonomia e limitações. Teoria geral da separação dos poderes. Poder Legislativo. Poder Executivo. Poder Judiciário. Divisão e organização dos poderes. Executivo e Legislativo. Independência e harmonia entre poderes. Poder Legislativo. Organização. Competências do Congresso Nacional. Competências do Senado Federal e da Câmara dos Deputados. Regime constitucional dos parlamentares. Comissão Parlamentar de Inquérito. Poder Executivo. Presidencialismo. Presidente e Vice-Presidente da República. Poder normativo autônomo, delegado e regulamentar. Competências e Responsabilidade. Impeachment. Licitação. Contratos administrativos. Serviços públicos. Intervenção do Estado na propriedade. Bens públicos. Sistema eleitoral brasileiro. Condições de elegibilidade e registrabilidade. Representatividade e proporcionalidade por gênero e raça. Propaganda eleitoral. Eleição.

Grupo de Conteúdos I

Ponto 3

Poder Legislativo: estrutura, funcionamento, competências. Processo Legislativo, iniciativa legislativa, emendas, sanção e veto. Tipologia de normas no processo legislativo. O processo de incorporação dos tratados internacionais. Devido processo legislativo. Omissão legislativa inconstitucional. O Presidente da República e o Governador do Estado da Bahia no processo legislativo. O Supremo Tribunal Federal e o Tribunal de Justiça do Estado da Bahia no processo legislativo. O Procurador Geral da República e o Procurador-Geral de Justiça do Estado da Bahia no processo legislativo. Fiscalização contábil, financeira e orçamentária. Imunidades parlamentares. Tribunais de Contas do Estado e dos Municípios. Poder Legislativo na Constituição do Estado da Bahia. Ministério Público junto aos Tribunais de Contas. Poder Executivo: estrutura e competências. Poder Executivo na Constituição Federal e na Constituição do Estado da Bahia. Estatuto constitucional dos Agentes Públicos. Poder Judiciário: estrutura, funcionamento, competências. Garantias e vedações da magistratura. Lei Orgânica Nacional. Limites. Normas constitucionais referentes à magistratura. Supremo Tribunal Federal. Conselho Nacional de Justiça. Superior Tribunal de Justiça. Justiça Federal: organização e competência. Justiça do Trabalho: organização e competência. Justiça Militar: organização e competência. O STF, as súmulas vinculantes e a repercussão geral da questão constitucional. Efeitos das decisões do STF. O STJ, a relevância da questão de direito federal infraconstitucional e a formação concentrada de precedentes qualificados. A federalização de crimes contra direitos humanos. Poder Judiciário na Constituição do Estado da Bahia. Conselho Nacional de Justiça. Ministério Público: princípios, estrutura, garantias, vedações. Autonomia. Funções institucionais. Ministério Público na Constituição do Estado da Bahia. Conselho Nacional do Ministério Público. Papel do Ministério Público no controle de convencionalidade de Tratados Internacionais de Direitos Humanos. Estado Democrático de Direito. Defesa do Estado e das Instituições Democráticas. Regime excepcional do Estado de Defesa e Estado de Sítio: limites e possibilidades. Forças Armadas. Segurança Pública. O controle externo da atividade policial. Controle da Administração Pública. Administração Pública em juízo e formas de composição de conflitos no âmbito do direito administrativo. Atos lesivos à administração pública e o campo do direito sancionador. Responsabilidade civil do Estado. Orçamento Público e Responsabilidade Fiscal. Financiamento de campanha eleitoral. Crimes eleitorais. Condutas vedadas aos agentes públicos. Uso indevido, desvio ou abuso do poder econômico ou do poder de autoridade. Ação de impugnação de mandato eletivo, recursos eleitorais e ação rescisória eleitoral.

Grupo de Conteúdos II

Ponto 1

Teoria geral do direito e sua aplicação no Direito Civil. Norma jurídica. Fontes do Direito. Soft law. Princípios fundamentais do Direito Civil. Interpretação do Direito Privado. Analogia, costumes e jurisprudência. Princípios Gerais do Direito. Direito objetivo e subjetivo. Diálogo de fontes. Papel dos precedentes na construção do Direito Civil. LINDB. Pessoa natural: noções gerais e conceito ético-jurídico. Tutela da pessoa humana em perspectiva histórica. Personalidade, capacidade e incapacidade. Legitimidade e estado. Direitos da personalidade e direitos típicos. Livre desenvolvimento da personalidade. Direito ao nome. Nome social e alteração do nome. Ausência. Negócios jurídicos. Negócio jurídico: disposições gerais. Representação. Condição, termo e encargo. Interpretação e integração do negócio jurídico. Planos de existência, validade e eficácia. Invalidez e ineficácia. Nulidade e anulabilidade. Princípio da conservação. Ratificação e conversão. Proteção dos terceiros de boa-fé. Obrigações. Conceito e estrutura. Sujeitos, objeto e vínculo jurídico. Classificação e fontes. Obrigações naturais. Obrigações propter rem e com eficácia real. Causalidade e patrimonialidade. Obrigação como processo. Boa-fé e Teoria dos Atos Próprios. Contratos. Liberdade contratual, autonomia da vontade e autonomia privada. Intervenção do Estado e do juiz. Função social. Princípios gerais. Interpretação e integração. Classificação. Preparação e formação. Contratos de adesão e economia comportamental. Contratos e e-commerce. Compra e venda. Troca ou permuta. Doação. Locação. Empréstimo. Fiança. Transação. Responsabilidade Civil. Evolução histórica e funções. Sociedade de risco. Responsabilidade civil sem dano. Responsabilidade contratual e extracontratual. Responsabilidade subjetiva e objetiva. Pressupostos e excludentes. Caso fortuito e força maior. Fortuito interno e externo. Fato exclusivo e fato concorrente da vítima. Responsabilidade Civil do Estado. Responsabilidade por dano ambiental. Empresa. Teoria da empresa e empresário. Continuidade da empresa por incapaz. Registro público de empresas. Livre iniciativa e livre concorrência. Nome empresarial, marca, domínio na internet e título do estabelecimento. Estabelecimento. Sociedade Simples. Sociedade Limitada. Sociedade Limitada Unipessoal. Sociedade Cooperativa. Direitos Reais. Posse: conceito, natureza jurídica e teorias. Função social da posse. Classificação, efeitos e desdobramento. Composse. Aquisição e perda da posse. Dimensão coletiva. Ocupações urbanas e conflitos agrários. Direitos de vizinhança. Condomínio. Multipropriedade. Direito de laje. Família. Constituição e Direito de Família. Estado, família e liberdade. Casamento: capacidade, habilitação e celebração. Impedimentos e causas suspensivas. Efeitos e invalidade. Regime de bens. Direito intertemporal. União estável e regime jurídico. Dissolução do casamento e da união estável. Bem de família. Sucessões. Sucessão em geral. Transmissão da herança. Aceitação e renúncia. Herança e sua administração. Sucessão legítima. Parentes na sucessão. Direito de representação. Incapacidade sucessória. Sucessão do cônjuge e companheiro. Registros e legislação especial. Registro de imóveis: princípios, inscrição e averbação. Procedimento de dúvida. Lei nº 9.514/1997, SFI. CDC. ECA. Estatuto da Pessoa com Deficiência. Lei da Liberdade Econômica. Princípios informativos do Direito Processual Civil. Direitos fundamentais e processo. Aplicação das normas processuais no espaço e no tempo. Jurisdição, conceito, características, jurisdição contenciosa e voluntária. Meios adequados de solução de conflitos. Justiça multiportas. Jurisdição Nacional e Cooperação Internacional. Procedimento comum. Petição inicial. Improcedência liminar do pedido. Audiência de conciliação ou de mediação. Contestação e reconvenção. Revelia. Providências preliminares e saneamento. Julgamento conforme o estado do processo. Audiência de instrução e julgamento. Teorias da verdade e processo. Provas: disposições gerais e provas em espécie. Direito, ônus e dever de provar e regras de privilégio. Lei de Arbitragem (Lei nº 9.307/1996): arbitrabilidade objetiva e subjetiva. Convenção de arbitragem e seus efeitos. Árbitros. Procedimento arbitral. Tutelas cautelares e de urgência. Carta arbitral. Sentença arbitral. Reconhecimento e execução de sentenças arbitrais estrangeiras. Juiz: poderes, deveres e sua responsabilidade. Impedimento e suspeição. Auxiliares da justiça.

Grupo de Conteúdos II

Ponto 2

Parte Geral. Eficácia da lei no tempo. Vigência, revogação, repristinação e retroatividade. Conflito da lei no tempo. Eficácia da lei no espaço. Direito Internacional Privado. Relação jurídica. Visão estática da relação jurídica. Acessoriedade e pertinência. Visão dinâmica: constituição, modificação e extinção. Tempo nas relações jurídicas. Pessoas, direitos da personalidade e pessoas jurídicas. Domicílio. Morte natural, morte presumida e como-riência. Direito à imagem, privacidade e honra. Liberdade de imprensa e de expressão versus direitos da personalidade. Biografias não autorizadas. Lesados diretos e indiretos. Pessoas jurídicas: constituição, classificação e extinção. Responsabilidade. Desconsideração da personalidade jurídica. Bens e negócios jurídicos. Bens considerados em si mesmos. Bens reciprocamente considerados. Bens públicos e particulares. Bens digitais. De- feitos do negócio jurídico. Vícios da vontade e vícios sociais. Reserva mental. Erro ou ignorância. Dolo. Coação. Fraude contra credores. Simulação.

Obrigações. Modalidades das obrigações. Transmissão. Adimplemento e extinção. Inadimplemento. Enriquecimento sem causa. Enriquecimento ilícito. Pagamento indevido. Proteção do consumidor. Contratos. Contrato como operação econômica. Análise econômica dos contratos. Pressupostos e requisitos. Causa e suas teorias. Controle de licitude. Causa ilícita e negócio jurídico indireto. Redes contratuais. Contratos conexos e coligados. Contratos aleatórios. Prestação de serviço. Empreitada. Depósito. Mandato. Seguro. Transporte. Leasing. Factoring. Responsabilidade Civil. Nexo causal: teorias. Concausalidade. Responsabilidade por fato próprio e de terceiro. Responsabilidade e capacidade. Responsabilidade dos pais. Responsabilidade dos tutores e curadores. Responsabilidade do empregador. Responsabilidade dos estabelecimentos educacionais. Responsabilidade pelo fato dos animais. Responsabilidade pelo fato da coisa. Empresa. Pequeno empresário. MEI, ME e EPP. Moldura constitucional. Requisitos e proibições. Tratamento civil favorecido. Sociedade em Comum. SPE. SCP. Subsidiária Integral. Consórcio societário. Holding e grupo empresarial. Direitos Reais. Propriedade: histórico, conteúdo, estrutura, extensão, limites e características. Função social da propriedade. Aquisição e perda. Usucapião constitucional urbana. Provimento CNJ nº 65/2017. Propriedade resolúvel e ad tempus. Propriedade fiduciária. Fundo de Investimento. Propriedade intelectual. Superfície. Servidões. Família. Relações de parentesco. Filiação registral, biológica e socioafetiva. Reconhecimento dos filhos. Ação vindicatória do estado de filho. Adoção. Autoridade parental. Guarda e convivência. Alienação parental. Cuidado dos filhos. Exposição de filhos menores na internet. LGPD e autoridade parental. Sucessões. Sucessão testamentária. Testamento e suas formas. Capacidade para testar. Disposições testamentárias. Cláusulas restritivas. Legados. Direito de acrescer. Planejamento patrimonial e familiar. Registros e legislação especial. Registro Civil das Pessoas Naturais. Retificação, anulação, suprimimento e restauração. Registro Civil das Pessoas Jurídicas. Investigação de paternidade, Lei nº 8.560/1992. Alimentos gravídicos, Lei nº 11.804/2008. Estatuto da Pessoa Idosa. Marco Civil da Internet. LGPD e Lei nº 13.853/2019. Súmulas, jurisprudência dos Tribunais Superiores, resoluções e legislação relacionada. Tutela jurisdicional. Formas de tutela, classificação. Tutela provisória: a urgência e a evidência e seus fundamentos e normas. Tutela definitiva. Sentença. Coisa julgada. Relativização. Coletivização da coisa julgada. Liquidação de sentença (individual e coletiva). Cumprimento de sentença: disposições gerais, procedimentos em espécie e defesas do executado. Procedimentos especiais de jurisdição contenciosa: todos os procedimentos. Recursos: disposições gerais e recursos em espécie. Noções gerais e hipóteses de cabimento. Repercussão geral. Filtro de relevância do recurso especial. Precedentes e julgados vinculantes. Precedente, jurisprudência e súmula. Efeito vinculante. Limites, fundamentos, distinção e superação. Incidentes. Incidente de resolução de demanda repetitiva.

Grupo de Conteúdos II

Ponto 3

Parte Geral. Classificação dos fatos jurídicos. Atos não negociais. Atos jurídicos lícitos. Atos ilícitos. Abuso do Direito. Tutela inibitória do ilícito. Tempo e estabilização das situações jurídicas. Prescrição e decadência. Direitos e pretensões não sujeitos a prazo. Situações análogas. Supressio e surrectio. Prova. Prescrição e decadência: prazos. Pessoa e autonomia existencial. Direito à integridade física. Proteção ao corpo vivo ou morto. Diretivas antecipadas. Doação de órgãos e tecidos. Células-tronco embrionárias. Tomada de decisão apoiada. Entes de personalidade reduzida: condomínio edilício; massa falida; espólio. Associações e fundações: constituição, requisitos, fiscalização e extinção. Negócio jurídico. Divergências entre vontade e declaração. Estado de perigo. Lesão. Planos do negócio jurídico: existência, validade e eficácia. Ineficácia. Proteção do terceiro de boa-fé. Contratos. Efeitos dos contratos. Contrato e terceiros. Publicidade e oponibilidade. Estipulação em favor de terceiro. Promessa de fato de terceiro. Contrato com pessoa a declarar. Pacto de não alienação e não concorrência. Terceiro adquirente de boa-fé e Lei nº 13.097/2015. Contrato preliminar. Vícios redibitórios. Evicção. Inadimplemento contratual. Extinção. Resolução e revisão. Comissão. Agência e distribuição. Corretagem. Constituição de renda. Jogo e aposta. Compromisso. Conta corrente. Abertura de crédito. Empréstimo consignado. Operações com cartões de crédito. Atos unilaterais. Títulos de crédito e noções gerais. Responsabilidade Civil e danos. Danos decorrentes de edifício ou construção. Coisas lançadas ou caídas e queda anônima. Dano material e moral. Titularidade e quantificação do dano moral. Dano estético. Dano moral coletivo. Perda de uma chance. Lucro ilícito. Dano em ricochete. Ônus de mitigação do prejuízo. Reparação in natura e em espécie. Responsabilidade do produtor nas relações de consumo. Responsabilidade na internet e imprensa. Informação jornalística e direito à informação. Hate speech. Responsabilidade dos provedores. Responsabilidade Civil e LGPD. Empresa. Dissolução das sociedades. Resolução, rescisão e exclusão extrajudicial de sócio minoritário. Transformação. Incorporação. Fusão. Cisão. Crise da empresa. Recuperação Judicial. Falência. Sociedade dependente de autorização. Direitos Reais. Usufruto. Uso. Habitação. Direito do promitente comprador. Penhor. Hipoteca. Anticrese. Pacto Comissório e Pacto Marciano. Alienação fiduciária imobiliária e mobiliária. Família. Direito assistencial. Proteção da pessoa dos filhos. Tutela. Curatela. Tomada de decisão apoiada. Alimentos. Repercussões do Estatuto da Pessoa com Deficiência no Direito de Família. Previdência e Família: dependência e conjugalidade. Previdência e Família: dependência e filiação. Responsabilidade Civil e Direito de Família. Sucessões. Inventário e partilha. Sonegados. Colações. Pagamento de dívidas. Garantia dos quinhões hereditários. Liquidação da herança. Sobrepartilha. Nulidades. Inventário extrajudicial. Registros e legislação especial. Registro de títulos e documentos. Registros facultativos e obrigatórios. SFH, Lei nº 4.380/1964. Lei do Inquilinato, Lei nº 8.245/1991. Condomínios e incorporações imobiliárias, Lei nº 4.591/1964. Ação de alimentos, Lei nº 5.478/1968. Política Nacional de Biossegurança, Lei nº 11.105/2005. Remoção de órgãos e tecidos, Lei nº 9.434/1997. Proteção da pessoa com transtorno mental, Lei nº 10.216/2001. Lei de Direito de Acesso à Informação, Lei nº 9.507/1997. Lei de Melhoria do Ambiente de Negócios, Lei nº 14.195/2021. Lei de Registro Público de Empresas Mercantis, Lei nº 8.934/1994. Código de Normas de atuação extrajudicial do Estado da Bahia, Provimento Conjunto nº 03/2020 e CGJ/CCI do TJ/BA. Súmulas, jurisprudência dos Tribunais Superiores, resoluções e legislação relacionada. Competência. Competência absoluta e competência relativa. Modificações da competência. Incompetência. Cooperação nacional. Processo estrutural e processo civil: conceitos de problema estrutural, processo estrutural e decisão estrutural; características do processo estrutural; procedimento; técnicas de flexibilização do procedimento no processo estrutural. Ministério Público. Perfil constitucional. Intervenção como parte. Intervenção como fiscal de ordem jurídica. Poderes, deveres e responsabilidade. Impedimento e suspeição. Ação e processo. Pressupostos processuais, nulidades processuais. Atos processuais. Forma, tempo e lugar. Prazos. Comunicações dos atos processuais. Atos, fatos e negócios jurídicos processuais. Distribuição e registro. Assistência Judiciária. Valor da causa.

Grupo de Conteúdos III

Ponto 1

Direito Penal Econômico. Crimes contra a ordem tributária, econômica e contra as relações de consumo. Crimes no Código de Defesa do Consumidor. Crimes contra a economia popular. Crimes ambientais. Crimes de Lavagem de Dinheiro (Lei nº 8.078/90, Lei nº 1.521/51, Lei nº 8.137/90, Lei nº 8.176/91, Lei nº 8.884/94, Lei nº 9.249/95, Lei nº 9.430/96, Lei nº 9.613/98, Lei nº 10.684/03 e Lei nº 9.613/98). Aplicação da pena. Técnica de fixação da sanção penal. Circunstâncias judiciais, causas de aumento e de diminuição da pena, agravantes e atenuantes. Conceito e classificação. Sursis. Antijuridicidade. Conceito. Formas. Causas de justificação. Os excessos. Consentimento do ofendido. Teorias do tipo penal. Classificação. Elementos e estrutura do tipo. Funções do tipo. Tipos abertos e fechados. Tipicidade formal, material e conglobante. Teoria da adequação social e o princípio

da insignificância. O nexo de causalidade e o resultado. Imputação objetiva. Crimes qualificados pelo resultado. Crimes contra o patrimônio. Direito Processual Penal. Sistemas processuais penais. A norma processual penal: conceito, classes e características. A aplicação da lei processual penal no tempo e no espaço. Interpretação da lei processual penal. Fontes do Direito Processual Penal. Princípios, regras e garantias constitucionais do Direito Processual Penal. Investigação criminal. Formas de investigação criminal. Valor probatório dos atos investigatórios e dos elementos colhidos na fase investigatória. A identificação criminal (Lei nº 12.037/09). As investigações criminais extrapoliciais. As Comissões Parlamentares de Inquérito. Procedimento investigatório criminal. A investigação criminal e o Ministério Público. Resolução CNMP nº 181/2017. Acordo de não persecução penal. Juiz de garantias (Resolução CNJ nº 562/2024). Inquérito Policial. Conceito, características, natureza jurídica, formas de instauração, diligências, prazo de encerramento e relatório do inquérito policial. Indiciamento. O controle externo da atividade policial. Irregularidades no inquérito policial. O trancamento do inquérito policial. Arquivamento e desarquivamento do inquérito policial. Ação penal. Conceito, natureza jurídica, classificações e condições da ação penal. Pressupostos processuais. Legitimidade. Princípios. Ação penal pública e ação penal de iniciativa privada. A representação do ofendido e a requisição do Ministro da Justiça. Denúncia: conceito, requisitos, prazo, aditamento. A imputação alternativa. A denúncia genérica. Queixa: requisitos, titulares e prazo. A intervenção do Ministério Público na ação penal de iniciativa privada. Renúncia, perdão, perempção e decadência. O recebimento e a rejeição da peça acusatória. A ação penal originária. Ação civil ex delicto. Legitimidade e competência para a ação cível de reparação do dano. Espécies e sistemas processuais de reparação do dano. Efeitos da sentença absolutória penal e do arquivamento dos autos da investigação criminal. A vítima no processo penal. Resolução CNMP nº 243/2021. Jurisprudência dos Tribunais Superiores e Resoluções do Conselho Nacional do Ministério Público sobre os temas.

Grupo de Conteúdos III

Ponto 2

Estrutura do crime omissivo. Crimes omissivos próprios e impróprios. A figura do garante. O nexo de causalidade na omissão. Tipo subjetivo nos crimes omissivos. Teorias da ação. Classificação. Causas que excluem a ação. Crimes contra a administração pública. Dolo. Conceito. Teorias. Elementos do dolo. Espécies e outros elementos subjetivos. Prescrição. Espécies. Prazos. Características. Jurisdição. Conceito, características, princípios, formas e objeto da Jurisdição. Órgãos de jurisdição penal. Competência. Conceito e espécies de competência penal. Critérios determinadores da competência de foro e do juízo. Modificação de competência. Conexão e continência. Desaforamento. Perpetuatio jurisdictionis. Competência por prerrogativa de função. As disposições especiais. Questões e processos incidentes. Questões prejudiciais. Exceções: suspeição, incompetência de juízo, litispendência, ilegitimidade de parte e coisa julgada. Incompatibilidade e impedimento. Conflito de jurisdição, competência e atribuição. Restituição de coisas apreendidas. Medidas Assecuratórias. Incidente de falsidade. O incidente de insanidade mental do acusado. Prova. Conceito, objetivo, objeto, fontes e elementos da prova. Classificação e princípios. Os meios de prova em espécie previstos no Código de Processo Penal e em leis extravagantes. Cadeia de custódia. O ônus da prova no processo penal. Sistemas de Avaliação das provas. Procedimento probatório. A prova emprestada. Provas admissíveis e provas proibidas. Provas direta e indireta. A iniciativa instrutória do Juiz de Direito. Medidas cautelares no processo penal. Pressupostos e requisitos das medidas cautelares. Hipóteses de cabimento. O princípio da proporcionalidade e o da razoabilidade. Medidas protetivas. A prisão provisória: conceito, espécies e requisitos. A liberdade provisória: conceito, espécies e requisitos. Relaxamento e revogação da prisão provisória. Audiência de Custódia (Resolução CNJ nº 213/2015. Resolução CNMP nº 221/2020). Jurisprudência dos Tribunais Superiores e Resoluções do Conselho Nacional do Ministério Público sobre os temas.

Grupo de Conteúdos III

Ponto 3

Culpabilidade. A culpabilidade e as suas diversas acepções. Responsabilidade objetiva. Teorias. Conceito. Elementos. Erro de tipo. Conceito. Erro de tipo permissivo. Erro de tipo escusável e inescusável. Crime culposos. Erro acidental. Erro provocado por terceiro. Erro sobre o objeto. Erro na execução. Resultado diverso do pretendido. Erro e relação de causalidade. Aberratio causae. Tentativa. Conceito. Natureza e elementos. Crime tentado, crime consumado e exaurimento. Iter criminis. Formas de tentativa. Desistência voluntária e arrependimento eficaz. Crime impossível e delicto putativo. Arrependimento posterior. Concurso de pessoas. Concurso necessário e concurso eventual. Autoria e participação. Autoria mediata e autoria colateral. Circunstâncias comunicáveis e incommunicáveis. Natureza jurídica do concurso e da participação. Participação através de ação neutra. Da cooperação dolosamente distinta. Punibilidade. Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/06). Atos processuais. Conceito, classificação, forma, tempo, lugar e prazos dos atos processuais. Preclusão. Atos das partes, do Juiz, dos auxiliares da Justiça e de terceiros. Atos simples, complexos e compostos. Atos de comunicação processual: espécies e formas. A revelia no processo penal. Atos de cooperação internacional. A utilização de sistema de transmissão de dados para a prática de atos processuais. Procedimentos. Espécies de procedimento. Procedimento Comum: ordinário, sumário e sumariíssimo. O procedimento para os crimes dolosos contra a vida e conexos. Os procedimentos especiais previstos no Código de Processo Penal e em leis extravagantes. Emendatio libelli e mutatio libelli. A suspensão condicional do processo. Nulidades. Conceito, classificações e sistema legal de nulidades. Princípios. As nulidades previstas no Código de Processo Penal. Nulidades absoluta e relativa. A anulabilidade. As irregularidades. A inexistência jurídica. A atipicidade constitucional. Arguição, saneamento e efeitos. Prazos. Recursos. Princípios gerais e específicos, classificações, efeitos e extinção dos recursos. Do prequestionamento. O direito intertemporal. Reformatio in pejus e reformatio in melius. O duplo grau de jurisdição. Juízo de admissibilidade e juízo de mérito. Recursos em espécie previstos no Código de Processo Penal e em leis extravagantes. Os recursos constitucionais. A correção parcial e a reclamação constitucional. Execução Penal. Execução das penas e das medidas de segurança. Execução provisória. Do condenado e do internado. Disciplina. Direitos e deveres. Faltas disciplinares. Procedimentos administrativos. Órgãos da execução penal. Estabelecimentos penais. Incidentes da execução. Procedimento judicial e recursos. A natureza jurídica da execução penal. A relação processual penal na execução penal. A jurisdionalização da execução penal. O contraditório e a ampla defesa na execução penal. O regime disciplinar diferenciado. O uso das algemas. O agravo em execução. Jurisprudência dos Tribunais Superiores e Resoluções do Conselho Nacional do Ministério Público sobre os temas.

Grupo de Conteúdos IV

Ponto 1

Normas relativas ao direito à saúde na Constituição Federal. Princípios e Diretrizes do SUS. Lei nº 7.347/85. Direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos. Normas relativas à tutela dos direitos transindividuais na Constituição Federal e na Legislação infraconstitucional. Inquérito civil. Notificação, requisição, recomendação e audiência pública. Termo de Ajustamento de Conduta. Ação Civil Pública. Controle Judicial de Políticas Públicas. Teoria Geral dos Direitos Humanos: Conceito. Terminologia. Amplitude. Fundamento. Conteúdo. Gerações. Características. Estrutura.

Fontes. Conceitos de meio ambiente e de Direito Ambiental. Princípios de Direito Ambiental. Evolução histórico-legislativa do Direito Ambiental no Brasil. Repartição constitucional das competências em matéria ambiental. Lei Complementar nº 140/2011. Normas de proteção ao meio ambiente na Constituição Federal. Lei nº 6.938/81. Política Nacional do Meio Ambiente. Sistema Nacional de Meio Ambiente (SISNAMA). Instrumentos da Política Nacional do Meio Ambiente. Licenciamento ambiental: tipos, etapas, competência, EIA/RIMA (Estudo de Impacto Ambiental/Relatório de Impacto no Meio Ambiente) e avaliações de impacto ambiental, controle. Resoluções CONAMA nº 01/86 e 237/97. Zoneamento ambiental. O Ministério Público nas Constituições Federal e do Estado da Bahia. Lei Orgânica Nacional do Ministério Público (Lei nº 8.625/93): disposições gerais, organização do Ministério Público, órgãos de administração, funções dos órgãos de execução, órgãos auxiliares, deveres e vedações dos membros do Ministério Público, vencimentos, vantagens e direitos, carreira e disposições finais transitórias. Lei Orgânica do Ministério Público do Estado da Bahia (Lei Complementar Estadual nº 11/96, com redação modificada por posteriores Leis Complementares Estaduais). Normas de proteção aos direitos das crianças e dos adolescentes na Constituição Federal. Lei nº 8.069/90 e alterações posteriores. Princípios e direitos fundamentais. Atribuições do Ministério Público. Proteção judicial dos interesses individuais, difusos e coletivos. Recursos. Convivência familiar e comunitária, família natural e substituta, guarda, tutela, adoção, entrega legal. Procedimentos: perda e suspensão do poder familiar, destituição da tutela, colocação em família substituta e habilitação de pretendentes à adoção. Prevenção. Política de atendimento: linhas de ação e diretrizes. Entidades de atendimento. Convenção das Nações Unidas sobre Direitos da Criança. Decreto nº 9.710/1990. Convenção nº 182 da Organização Internacional do Trabalho – OIT – sobre as piores formas de trabalho infantil. Povos e Comunidades Tradicionais: Decreto nº 6040/2007 e Decreto nº 8.750/2016. Convenção OIT 169. Resolução CNMP nº 230/2021. Sistema de normas assecuratórias e protetivas do direito à educação. CF/1988 e Lei nº 9.394/96. Programa Nacional de Alimentação Escolar e Conselho de Alimentação. Lei nº 11.947/2009. Resolução MEC nº 06/2020. Programa Nacional de Apoio do Transporte escolar – PNATE. Lei nº 10.880/2004. Resolução MEC nº 18/2021. Lei Estadual nº 13.559/2016. Educação quilombola. CF/88 e Lei nº 9.394/96. Resolução nº 03/99 do Conselho Nacional de Educação. Educação indígena. CF/88 e Lei nº 9.394/96. Lei nº 10.172/2001. Decreto nº 7.083/2010. Lei nº 8.078/90 e Decreto nº 2.181/97. Fontes constitucionais do Direito do Consumidor. Sujeitos e objetos da Relação Jurídica de Consumo. Principiologia do Código de Defesa do Consumidor. Política Nacional de relações de consumo. Direitos básicos do consumidor. Defesa do consumidor em juízo. Defesa coletiva. Interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos. Legitimação. Competência. Litispendência. Coisa julgada. Execução. Tutela individual do consumidor. Funções do Ministério Público no Código de Defesa do Consumidor. Lei nº 9.656/1998. Lei nº 9.870/99. Lei nº 12.886/13. Lei Estadual da Bahia nº 6.586/1994 (material escolar). Súmulas, jurisprudência dos Tribunais Superiores, Resoluções e legislações relacionadas com todos os temas citados.

Grupo de Conteúdos IV

Ponto 2

Lei Complementar nº 141/2012. Lei nº 8.080/90. Lei nº 8.142/90. Rede de Atenção Materno e Infantil (RAMI). Regulação do Acesso às Ações e Serviços de Saúde. Direito Internacional dos Direitos Humanos, princípios e normas internacionais. Carta da Organização das Nações Unidas – Decreto nº 19.841/1945. Declaração Universal dos Direitos Humanos – Resolução 217 A3, de 10 de dezembro de 1948. Pacto dos Direitos Civis e Políticos. Decreto nº 0592/92; Protocolo Facultativo ao Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos e o Segundo Protocolo Facultativo ao Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos com vistas à Abolição da Pena de Morte. Decreto nº 11.777/2023; Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais. Decreto nº 591/06 de julho de 1992; Sistema Interamericano de Direitos Humanos. Organização dos Estados Americanos. Convenção Americana de Direitos Humanos Comissão Interamericana de Direitos Humanos. Histórico. Funcionamento. Acesso. Recomendações. Medidas Cautelares. Corte Interamericana de Direitos Humanos. Histórico. Funcionamento. Acesso. Decisões. Declaração Americana de Direitos e Deveres do Homem. Decreto nº 678/1992. Dano Ambiental. Responsabilidade pelo dano ambiental. Responsabilidade: civil, administrativa e penal. Código Florestal (Lei nº 12.651/12). Área de Preservação Permanente. Reserva Legal. Servidão Florestal. Lei nº 11.284/06 e Decreto nº 6.063/07. Lei nº 11.428/06. Proteção à fauna (Lei nº 5.197/67). Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010. Decreto nº 7.404/2010). Política Estadual de Resíduos Sólidos (Lei estadual nº 12.932/2014). Política Nacional de Saneamento Básico (Lei nº 11.445/07). Sistema Nacional de Unidades de Conservação (Lei nº 9.985/00). Política Nacional de Mudanças Climáticas (Lei nº 12.187/09). Educação Ambiental (Lei nº 9.795/99). Política de Meio Ambiente e de Proteção à Biodiversidade do Estado da Bahia (Lei estadual nº 10.431/2006). Organização, atribuições e estatuto do Ministério Público da União (Lei Complementar nº 75/93): normas de aplicação subsidiária no âmbito dos Ministérios Públicos Estaduais. Lei nº 12.318/2010 (Lei de alienação parental). Lei 13.010/2014. Lei nº 13.431/2017 (Sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência). Decreto nº 9.603/2018. Lei nº 14.344/2022 (Violência doméstica e familiar contra a criança e o adolescente). Lei nº 14.811/2024. Lei nº 14.826/2024. Medidas de proteção. Medidas pertinentes aos pais e responsáveis. Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente, Conselho tutelar, fundos, orçamento da criança e do adolescente. Lei 13.257/2016 (Marco Legal da Primeira Infância). Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher (Convenção de Belém do Pará). Decreto nº 1.973/1996. Convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra a mulher. Decreto nº 4316/30 de julho de 2002; Convenção do Conselho da Europa para a Prevenção e o Combate à Violência Contra as Mulheres e Violência Doméstica (Convenção de Istambul). Decreto nº 13/2013. Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB). CF/88 e Lei nº 14.113/2020. Controle social e democrático das políticas de educação. CF/88 e Lei nº 9.394/96. Lei 13.935/2019 (prestação de serviços de psicologia e de serviço social nas redes públicas de educação básica). Lei 14.164/2021 (inclusão na base curricular comum de conteúdo sobre a prevenção da violência contra a mulher). Qualidade de produtos e serviços, prevenção e reparação dos danos aos consumidores. Proteção à saúde e segurança do consumidor. Responsabilidade civil nas relações de consumo: fato e vício do produto e do serviço. Práticas comerciais. Oferta. Publicidade. Práticas abusivas. Cobrança de dívidas. Bancos de dados e cadastros de consumidores. Das ações para defesa dos interesses individuais homogêneos. Das ações e responsabilidade do fornecedor de produtos e serviços. Da conciliação do superendividamento. Sistema Nacional de Defesa do Consumidor. Súmulas, jurisprudência dos Tribunais Superiores, Resoluções e legislações relacionadas com todos os temas citados.

Grupo de Conteúdos IV

Ponto 3

Assistência Farmacêutica no Sistema Único de Saúde – SUS. Política Pública de Atenção à Saúde Mental. Lei 12.845/2013 (Lei do Minuto Seguinte). Direitos da População LGBTQIAPN+. Política Nacional para População em Situação de Rua. Lei nº 11.346/2006. Decreto nº 7.272/2019. Sistema Único de Assistência Social. Lei nº 8.742/93. Proteção à pessoa idosa: Lei nº 8.842/94. Decreto nº 9.921/2019. Lei nº 10.741/2003 (Estatuto da Pessoa Idosa). Lei Estadual nº 12.925/2012. Proteção à pessoa com deficiência. Lei nº 7.853/89. Decreto nº 3.298/99. Decreto nº 3.956/01. Decreto nº 6.949/2009. Lei Federal nº 13.146/2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Decreto nº 9.296/2018. Decreto nº 9.404/2018. Lei nº 10.098/00.

Lei nº 12.764/2012. Lei Estadual nº 12.575/2012. Decreto Estadual nº 20.230/2021. Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência. Decreto nº 6.949/2009. Política Nacional de Recursos Hídricos (Lei nº 9.433/07). Política Estadual de Recursos Hídricos (Lei estadual nº 11.612/2009). Decreto estadual nº 14.024/2012 (Anexo Único do Decreto nº 17.921/2017. Anexo do Decreto nº 16.963/2016. Decreto nº 16.366/2015. Decreto nº 15.682/2014). Normas de proteção do patrimônio histórico e cultural na Constituição Federal e na Constituição do Estado da Bahia. Decreto-Lei nº 25/37. Decreto nº 3.551/00. Lei Estadual nº 8.895/2003. Lei Estadual nº 12.365/2011. Política Nacional Urbana. Estatuto da Cidade – Lei nº 10.257/01. Lei nº 6.766/79. Lei de Mobilidade Urbana – Lei nº 12.587/2012. Resoluções do Conselho Nacional do Ministério Público números 23/2007; 82/2012; 118/2014; 164/2017; 174/2017; 179/2017; 181/2017. Resolução nº 11, de 11 de abril de 2022 do Órgão Especial do Colégio de Procuradores do Ministério Público do Estado da Bahia. Inimputabilidade penal, prática de ato infracional, conceito de ato infracional, direitos individuais e garantias processuais dos adolescentes, oitiva informal, medidas socioeducativas, remissão, representação, ação socioeducativa. Lei nº 12.594/2012 (Lei do SINASE). Procedimento de apuração de ato infracional atribuído a adolescente. Atuação do advogado. Crimes e Infrações administrativas. Procedimentos: apuração de irregularidades em entidade de atendimento e apuração de infração administrativa às normas de proteção à criança e ao adolescente. Justiça da Infância e Juventude, autoridade judiciária e sua competência, serviços auxiliares. Promoção da igualdade étnico-racial: Decreto nº 65.810/69. Decreto nº 10.932/2022; Crimes resultantes de discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou precedência nacional; Lei nº 12.288/10 (Estatuto da Igualdade Racial); Lei Estadual nº 13.182/2014. Programa de combate à intimidação sistemática – bullying e cyberbullying. Lei nº 13.185/2015. Lei 14.811/2024. Lei 15.100/2025 (utilização de aparelhos eletrônicos portáteis pessoais nos estabelecimentos públicos e privados de ensino da educação básica). Política nacional de educação inclusiva. Decreto nº 10.502/2020. Lei nº 13.146/2015. Planejamento da educação. Lei nº 13.005/2014. Educação básica. Papel da família, do Estado e da sociedade. Autonomia administrativa e gestão democrática. CF/88 e Lei nº 9.394/96. Proteção contratual do consumidor. Cláusulas abusivas. Contratos de adesão. Evolução da teoria contratual. Teoria da imprevisão. Revisão de cláusulas contratuais. Decadência e prescrição nas relações de consumo. Desconsideração da personalidade jurídica. Outorga de crédito e concessão de financiamento. Prevenção e tratamento do superendividamento. Sanções administrativas. Infrações penais no CDC e na Lei nº 8.137/90. Lei Estadual da Bahia nº 6.936/1996 (Fundo Estadual de Proteção ao Consumidor). Lei 14.597/2023 (Lei Geral do Esporte). Lei nº 12.529/11 – Sistema Defesa e Concorrência - “Lei CADE”. Súmulas, jurisprudência dos Tribunais Superiores, Resoluções e legislações relaciona das com todos os temas citados.

Salvador, 8 de outubro de 2026.

Pedro Maia Souza Marques
Procurador-Geral de Justiça
Ministério Público do Estado da Bahia

CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE VAGAS E FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA NO CARGO DE PROMOTOR DE JUSTIÇA SUBSTITUTO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA

Edital nº 40, de 8 de outubro de 2026

A PRESIDÊNCIA DA COMISSÃO DO CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE VAGAS E FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA NO CARGO DE PROMOTOR DE JUSTIÇA SUBSTITUTO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 48 da Lei Complementar Estadual nº 11/1996 e na Resolução nº 10/2025 do Conselho Superior do Ministério Público do Estado da Bahia, torna pública a CONVOCAÇÃO PARA A PROVA ORAL dos candidatos aprovados nas Provas Discursivas, nos termos e condições a seguir:

1. DO LOCAL, DATA E HORÁRIO DA PROVA ORAL

1.1 A Prova Oral será aplicada no local, data e horário relacionados neste Edital, divulgado no Diário da Justiça eletrônico e no site da Fundação de Apoio à Educação e Desenvolvimento Tecnológico - FUNDAÇÃO CEFETBAHIA www.fundacaocefetbahia.org.br/mpba/promotor/2025/concurso_mpba.asp

1.2. LOCAL: Auditório Afonso Garcia Tinoco do Ministério Público do Estado da Bahia, situado na 5ª Avenida, nº 750, Centro Administrativo da Bahia – CAB.

1.2.1. DATA e HORÁRIO:

PROVA ORAL – DATA: 27/10/2026 – HORÁRIO: 08:30	
INSCRIÇÃO	NOME
010142-4	ALUAP MIRANDA SILVA
010487-4	ÁLVARO VINICIUS VIEIRA SILVA
006909-6	ANA CAROLINA LAGO LOPES
010180-9	ANA CAROLINA NASCIMENTO MENDES

PROVA ORAL – DATA: 27/10/2026 – HORÁRIO: 14:00	
INSCRIÇÃO	NOME
009271-9	ANA KELLY BASTOS DE OLIVEIRA
007021-0	ANA LETICIA CLAUDINO MOURA
007731-0	ANA PAULA SANTOS HUOYA
010347-4	ARTHUR GONZAGUE BRACCINI DA SILVA
006849-1	BARBARA KELLY DE ALEXANDRE

PROVA ORAL – DATA: 28/10/2026 – HORÁRIO: 08:00	
INSCRIÇÃO	NOME
007831-7	BEATRIZ MENDES GUIMARAES
010836-3	BRENO ALMEIDA SANTANA
010789-4	BRUNO DE MESQUITA MARINHO
006933-6	BRUNO FACURI SILVA RASSI
011840-3	BRUNO HENRIQUE MORAES DA MATA

PROVA ORAL – DATA: 28/10/2026 – HORÁRIO: 14:00	
INSCRIÇÃO	NOME
008869-0	CAMILA RIBEIRO DE REZENDE
009063-4	CARLA TERESA MEDEIROS DOS ANJOS
007274-3	CHRISTIAN MOREIRA BERTOLDO
011068-4	DANIEL BEZERRA BOHRER
011143-0	DANIEL PINHEIRO MOTA DA SILVA FERREIRA

PROVA ORAL – DATA: 29/10/2026 – HORÁRIO: 08:00	
INSCRIÇÃO	NOME
011794-3	DANIELA CARVALHO PEDRA BRANCA
010555-9	DANILO CORREIA PIRES NEVES(SUB JUDICE)
012139-2	DAVI DE CASTRO SILVA
010422-0	DÉBORA CRISTINA RICCIO MAIA
008392-5	DEBORA SILVA BRAGA

PROVA ORAL – DATA: 29/10/2026 – HORÁRIO: 14:00	
INSCRIÇÃO	NOME
007708-9	DENIVAL BARBOZA LIANDRO
011830-5	DIEGO RODRIGUES CALAZANS
010404-1	EMILIANA REZENDE NETA
006622-7	ENEAS PEREIRA BARBOSA NETO
010336-7	FERNANDA ELLORA FERNANDES AMORIM

PROVA ORAL – DATA: 03/11/2026 – HORÁRIO: 08:00	
INSCRIÇÃO	NOME
007873-8	FILIPPE ALVES LINHARES SANTOS
010828-3	FLÁVIA FRANÇA DE CASTRO FONSECA(SUB JUDICE)
006868-9	FRANCIONE TAVARES LOPES FINTELMAN
009124-8	GABRIEL FEIL ZANON
011495-0	GABRIEL LUIZ MARCONDES

PROVA ORAL – DATA: 03/11/2026 – HORÁRIO: 14:00	
INSCRIÇÃO	NOME
009444-6	GABRIEL ORLANDO CASTELO DE FIGUEIRÊDO DELFINO
010513-8	GABRIEL SANTANA RODRIGUES
006905-0	GABRIELA NOLASCO SANTANA
006707-3	GEORGIA GELIS SCHIAVON
006768-1	GERSON MESQUITA DE BRITO

PROVA ORAL – DATA: 04/11/2026 – HORÁRIO: 08:00	
INSCRIÇÃO	NOME
007372-2	HAROLDO JOSÉ CRUZ DE SOUZA JÚNIOR
006694-2	HENRIAN DE PLÁ E SANT ANNA
008525-0	IGOR COLBER LOPES
008430-5	ITALO MENEZES DA SILVA
011517-0	ITALO ROBERTO TAVARES DO NASCIMENTO

PROVA ORAL – DATA: 04/11/2026 – HORÁRIO: 14:00	
INSCRIÇÃO	NOME
009150-6	JEAN PIRES SANTOS
010097-3	JEFFERSON MATHEUS CARVALHO GOMES
011249-1	JOÃO ANTONIO ALVES GUIMARÃES
007112-9	JOAO PAULO BRANDAO IHANCIS
010462-2	JOÃO VICTOR PASSOS PIRES

PROVA ORAL – DATA: 05/11/2026 – HORÁRIO: 08:00	
INSCRIÇÃO	NOME
010791-0	JOSE DIAS DE MACEDO JUNIOR
008484-2	JOSE MATHEUS DE ALMEIDA BAHIA SENA
008514-2	JÚLIA ÁUREA DE SOUZA
011718-4	KADJON LUZ FARIAS
010276-2	KAROLINE ROMANO

PROVA ORAL – DATA: 05/11/2026 – HORÁRIO: 14:00	
INSCRIÇÃO	NOME
011298-3	LARINE GODOY LANDGRAF
009190-9	LARISSA MARIA LACERDA SANTANA
010377-9	LARISSA REZENDE CUNHA
008222-0	LEONARDO ODWYER
011531-2	LORENZO MOREIRA ALVES

PROVA ORAL – DATA: 06/11/2026 – HORÁRIO: 08:00	
INSCRIÇÃO	NOME
010036-5	LUANA NUNES CABRAL
011020-9	LUCAS BITTENCOURT SILVA
007491-7	LUCAS TEODOSIO VALÉRIO GOMES
007273-4	LUIZ DE CARVALHO LEAL NETO
009780-4	LUIZZA MILCZANOWSKI JULIANELLI MENDES

PROVA ORAL – DATA: 06/11/2026 – HORÁRIO: 14:00	
INSCRIÇÃO	NOME
010038-3	MANOELA LIMA DO NASCIMENTO
007808-6	MARIA ANDREA SILVA PINHEIRO
009713-4	MARIA BEATRIZ PEREIRA ALVES BITTENCOURT
011079-1	MARIA CHRISTINA OLIVEIRA MACHADO
008677-6	MARIA ISABEL PIRES RAMALHO

PROVA ORAL – DATA: 09/11/2026 – HORÁRIO: 08:00	
INSCRIÇÃO	NOME
008317-5	MATHEUS ANTÔNIO COUTINHO DE OLIVEIRA ANDRADE
010325-0	MATHEUS HASENCLEVER BORGES SANTOS
010515-6	MATHEUS NONATO RAMOS TORRES
010181-8	MATTHEUS ARAUJO TEIXEIRA
009771-5	PATRICIA PIMENTEL RABELO ANDRADE

PROVA ORAL – DATA: 09/11/2026 – HORÁRIO: 14:00	
INSCRIÇÃO	NOME
009695-0	PATRICIA PIZZINO DE LUCA
007997-8	PEDRO HENRIQUE FIALHO
011277-8	PEDRO HENRIQUE MOURA DE JESUS
006805-2	PRISCILA DANIELLE BARAÚNA M.R. DE ARAÚJO(SUB JUDICE)
012153-4	RAFAEL BALBINO MARÇAL

PROVA ORAL – DATA: 10/11/2026 – HORÁRIO: 08:00	
INSCRIÇÃO	NOME
011060-1	RAFAEL MACIEL DA SILVA
010305-3	RAFAEL RIBEIRO CALDEIRA ROCHA
009482-0	RAIMUNDO RIBEIRO REBOUÇAS NETO
007259-2	RAMOM EDSON CARNEIRO DOS SANTOS
011189-7	RAMON FERNANDES ALVES

PROVA ORAL – DATA: 10/11/2026 – HORÁRIO: 14:00	
INSCRIÇÃO	NOME
006494-8	RENATA KAREN GOMES DA FONSECA
011492-3	RENATO DE JESUS PEIXOTO JUNIOR
006686-2	RICARDO AMORIM DA SILVA SANTOS
009391-2	RICARDO JESUS DA SILVA
008580-3	RODOLFO PINHEIRO BERNARDO LOBO

PROVA ORAL – DATA: 11/11/2026 – HORÁRIO: 08:00	
INSCRIÇÃO	NOME
008738-0	RODRIGO DA SILVA NERI
010716-0	SAMUEL DA CRUZ MOURA MESQUITA
009402-5	SÁVIO ARAÚJO DE LEMOS SILVA(SUB JUDICE)
011540-1	TASSIO EUGENIO ALFREDO DUDA
010449-0	THIAGO ANDRÉ SILVA GONÇALVES

PROVA ORAL – DATA: 11/11/2026 – HORÁRIO: 14:00	
INSCRIÇÃO	NOME
009788-7	THIAGO ANTÔNIO MARTINS CARDOSO
006536-4	THIAGO BOMFIM DA SILVA
011781-8	THIAGO COELHO STORK
008419-0	THIAGO MARSICANO DA NÓBREGA ARAÚJO
008519-8	THIAGO VALERIO DE FREITAS(SUB JUDICE)

PROVA ORAL – DATA: 12/11/2026 – HORÁRIO: 08:00	
INSCRIÇÃO	NOME
010625-1	UERTER SILVA DOS SANTOS
010570-0	VICTOR CORREIA D AMORIM(SUB JUDICE)
008354-0	VICTOR HUGO FERREIRA LIMA
004678-0	VINICIUS TAVARES FAGUNDES FERREIRA
008384-5	VITOR LIMA CARDOSO DOS SANTOS

PROVA ORAL – DATA: 12/11/2026 – HORÁRIO: 14:00	
INSCRIÇÃO	NOME
010133-5	YASMIN GOMES MARQUES PEDROSA

1.3.LOCAL: SEDE DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS, Rua Pedro Jorge Melo Silva, nº 79, Poço, Maceió / AL

1.3.1. DATA e HORÁRIO:

PROVA ORAL – DATA: 27/10/2026 – HORÁRIO: 08:00	
INSCRIÇÃO	NOME
010278-0	JULIANA ALMEIDA GALINDO DO NASCIMENTO(SUB JUDICE)

1.3.2. A Banca Examinadora do Concurso efetuará a prova oral por videoconferência, em face do requerimento da candidata, em cumprimento ao quanto disposto na Recomendação do CNMP nº 83, de 10 de agosto de 2021.

1.3.3. A candidata deverá se dirigir de forma presencial ao local da prova.

2. DA PROVA ORAL

2.1 A Prova Oral versará sobre pontos do programa constantes no Edital nº 1/2025, previamente divulgados no Edital nº 39/2026.

2.2 Os candidatos sortearão publicamente 1 (um) ponto de cada um dos 4 (quatro) grupos de conteúdos, em conformidade com o programa do Concurso, e sobre os quais será arguido;

2.3 A arguição de cada candidato será feita pela Banca Examinadora, e será registrada em gravação de áudio e vídeo;

2.4 Durante a Prova Oral não será permitida qualquer espécie de consulta;

2.5 Comissão do Concurso divulgará, em edital próprio e conforme o cronograma previamente publicado, a relação dos candidatos aprovados na Prova Oral, com a indicação da nota atribuída a cada candidato.

3. DA IDENTIFICAÇÃO E APRESENTAÇÃO DO CANDIDATO

3.1 O candidato deverá comparecer com antecedência mínima de 1 (uma) hora, na data local e horário previstos, para realização da Prova Oral.

3.2 O candidato deverá estar convenientemente trajado.

3.3 O candidato somente terá acesso à sala de espera para realização da prova oral mediante prévia apresentação de Documento de Identificação, que deverá estar em perfeitas condições, de forma a permitir, com clareza, a identificação do candidato, nos termos do quanto definido no Edital de Abertura do presente concurso.

3.4. São de responsabilidade do candidato a identificação correta de seu local de realização da prova oral e o comparecimento no horário determinado.

3.5 Sob pena de ser eliminado do concurso, antes de entrar na sala de prova, o candidato deverá guardar, em embalagem porta-objetos fornecida pela equipe de aplicação, obrigatoriamente desligados, telefone celular e qualquer outro equipamento eletrônico relacionados no edital do concurso.

3.6. A Fundação CEFETBAHIA e o Ministério Público do Estado da Bahia não se responsabilizarão por perdas ou extravios de objetos ou de equipamentos eletrônicos ocorridos durante a realização da prova oral, nem por danos a eles causados.

3.7 A prova oral será gravada exclusivamente pela Fundação CEFETBAHIA para efeito de registro e avaliação. Não serão fornecidas, em hipótese alguma, a cópia e a transcrição da referida gravação. Será facultado ao candidato, para fins de eventual impugnação, o acesso, via link, ao conteúdo da gravação.

3.8 O candidato, ao ingressar na sala de espera para a realização da prova oral, deverá guardar, em embalagem porta-objetos fornecida pela equipe de aplicação, obrigatoriamente desligados, telefone celular e qualquer outro equipamento eletrônico relacionados no edital do concurso que esteja sob sua posse, ainda que os sinais de alarme estejam nos modos de vibração, avião e silencioso.

§ 1º É vedado o ingresso de candidato na sala de espera para prova oral e no auditório, portando, tampouco fazendo uso de googleglass, smartglass ou quaisquer outro tipo de dispositivo eletrônico de gravação/recepção de imagem, som e/ou de radio-frequência.

§ 2º É aconselhável que os candidatos retirem a bateria do telefone celular e similares, garantindo que nenhum som seja emitido, inclusive do alarme, caso esteja ativado

§ 3º Caso o telefone celular, smartphone, relógio digital, smartwatch, tablet e/ou equipamentos/dispositivos similares emitam quaisquer sinais de radiofrequência, som ou vibração, o candidato será excluído do certame.

4. DO SORTEIO DA ORDEM DE ARGUIÇÃO

4.1 A ordem de arguição ocorrerá mediante sorteio entre os candidatos presentes à sala de espera para a prova oral.

5. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

5.1 Não haverá repetição de prova ou segunda chamada;

5.2 O não comparecimento às provas caracterizará desistência do candidato e resultará na sua eliminação do Concurso;

5.3. A realização da prova oral poderá ser interrompida, mediante decisão da Banca Examinadora, devidamente justificada, se assim exigir o número de candidatos e o adiantado da hora, ou em caso fortuito ou por força maior, para ter prosseguimento em dia, em local e em horário a serem anunciados no ato de suspensão dos trabalhos, dispensando-se, neste caso, qualquer forma de publicação.

5.4 É vedado o ingresso de candidato portando qualquer tipo de arma no local de prova, mesmo que possua o respectivo porte;

5.5 não será permitido fumar no interior da sala de espera para a prova oral tampouco no auditório, onde será realizada a prova oral.

5.6 Ficam cientificados que no período da realização das provas os candidatos de cada grupo de horário serão mantidos em sala de espera isolada até o momento da respectiva arguição oral.

5.7 Sob pena de exclusão do Concurso, durante todo o período de realização da Prova Oral, o candidato que ainda não tiver sido examinado pela Banca do Concurso não poderá assistir às provas dos demais candidatos.

5.8 Não será permitido no ambiente da prova a comunicação das pessoas presentes, entre si ou com candidato, exceto na sala de espera, ou a prática de qualquer outro ato que possa interferir na concentração ou no rendimento do candidato.

5.9. O público interessado em assistir a prova oral não poderá, durante toda sua permanência no local da prova, manter comunicação entre si, nem utilizar meios de gravação sob pena de responsabilidade.

5.10. Para a segurança dos candidatos e a garantia da lisura do certame, o público poderá ser submetido ao detector de metal para acesso à sala.

Salvador, 8 de outubro de 2026

PEDRO MAIA SOUZA MARQUES
Presidente da Comissão de Concurso
Procurador-Geral de Justiça

SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

GABINETE

PORTARIA Nº. 429/2026

O SUPERINTENDENTE DE GESTÃO ADMINISTRATIVA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO o disposto na Resolução CNMP nº 283, de 5 de fevereiro de 2024, especialmente o art. 9º, que disciplina a constituição da Equipe de Planejamento da Contratação para Soluções de Tecnologia da Informação;

CONSIDERANDO que a contratação em questão refere-se a Solução de Tecnologia da Informação, de natureza continuada, demandada pela Diretoria de Tecnologia da Informação (DTI);

CONSIDERANDO a necessidade de observância das diretrizes previstas no Manual de Orientações Técnicas para Contratações de TI – MOTec;

RESOLVE:

Art. 1º Designar, para compor a Equipe de Planejamento da Contratação, no âmbito do processo administrativo protocolizado no SEI sob o nº19.09.00854.0030819/2026-73, os seguintes servidores:

I – Integrante Requisitante

Nome: José Rangel Silva Filho

Unidade: Coordenação de Infraestrutura -CIT

Função: Representar as unidades demandantes, contribuindo para a definição da necessidade e dos requisitos da solução.

II – Integrante Técnico

Nome: José Pinto de Queiroz Neto

Unidade: Coordenação de Infraestrutura -CIT

Função: Responsável pela análise técnica da solução de TI, compreendendo a avaliação de viabilidade e dos riscos técnicos, bem como a definição da arquitetura da solução e seu alinhamento ao PDTI.

III – Integrante Administrativo

Nome: Geraldo Edmundo Barbosa Neto

Unidade: Coordenação de Infraestrutura -CIT

Função: Apoio administrativo ao planejamento da contratação, observando os aspectos procedimentais e normativos.

Art. 2º Nos termos do art. 9º, § 2º, da Resolução CNMP nº 283/2024 e das orientações constantes do MOTec, a liderança da Equipe de Planejamento da Contratação será exercida por representante da Área Requisitante, dentre os integrantes requisitantes ora designados, cabendo-lhe a coordenação dos trabalhos da equipe ao longo de todas as etapas do planejamento da solução.